

CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nome da aluna: Nátaly de Abreu Cardoso

Orientadora: Tamya Rocha Rebelo

PRESTAÇÃO DE CONTAS E ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS: ESTUDO DE CASO DO ESCÂNDALO DA OXFAM

RESUMO

Em 2018, uma das mais reconhecidas ONGs internacionais, a Oxfam Internacional, foi acusada de contratar jovens prostitutas no Haiti – inclusive algumas menores de idade – durante as atividades de apoio às vítimas do terremoto que assolou o país em 2010. O conceito de prestação de contas, nesse contexto, aparece como um elemento importante para auxiliar na reflexão sobre a legitimidade desta organização de caráter não-governamental. A partir deste estudo de caso, propõe-se uma análise do posicionamento da Oxfam Internacional diante dos atos abusivos cometidos pelos seus membros. Para isso questiona-se em que medida a ONG recorreu a mecanismos de prestação de contas, especificamente à publicação de relatórios, como forma de se posicionar sobre o caso perante a comunidade internacional. A partir do referencial teórico, conclui-se que a ONG respondeu ao problema através de declarações e medidas institucionais, um dos mecanismos de prestação de contas, mas com aparentes falhas na implementação de seus objetivos.

Palavras-chaves: Prestação de contas. Abuso sexual. Organização não-governamental.

ABSTRACT

In 2018, one of the most recognized international NGOs, Oxfam International, was charged with hiring young prostitutes in Haiti - including some minors - during the earthquake relief activities that struck the country in 2010. The concept of accountability, in this context, appears as an important element to help reflect on the legitimacy of this non-governmental organization. From this case study, an analysis of Oxfam International's position regarding the abusive acts committed by its members is proposed. To this end, it is questioned to what extent the NGO resorted to accountability mechanisms, specifically the publication of reports, as a way to position itself on the case before the international community. From the theoretical framework, it is concluded that the NGO responded to the problem through statements and institutional measures, one of the mechanisms of accountability, but with apparent flaws in the implementation of its objectives.

Keywords: Accountability. Sexual abuse. Non-governmental organization.

INTRODUÇÃO

Debates sobre a importância de mecanismos de prestação de contas em Organizações Não Governamentais (ONGs) têm crescido durante as duas últimas décadas, principalmente diante de escândalos sexuais envolvendo membros destas organizações (Ebrahim, 2003). Em 2018, uma das mais reconhecidas ONGs internacionais, a Oxfam Internacional, foi acusada de contratar, com o dinheiro advindo do caixa da organização, jovens prostitutas no Haiti – inclusive algumas menores de idade – após o terremoto de 2010, em que a ONG estava no país para dar apoio às vítimas. Situação similar ocorreu com a ONG Médicos Sem Fronteiras, quando seus funcionários foram responsabilizados pela ocorrência de 24 casos de assédio ou abuso sexual em 2017 (O Globo, 2018).

A preocupação com atos abusivos cometidos pelos representantes das ONGs está relacionada à crescente confiança depositada em suas atividades. Em tese, as ONGs direcionam seus esforços para promoção de serviços básicos sociais, podendo – em alguns casos – suprir necessidades da população de países que não podem ou não conseguem fazê-lo. Essa imagem otimista/idealista sobre as tarefas executadas por ONGs é questionada quando seus membros não conseguem colocar em prática os ideais a que se propõem avançar. Por exemplo, no caso da Oxfam Internacional, sua missão é a de buscar soluções para o problema da pobreza, desigualdade e da injustiça, por meio de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais. Mesmo assim, representantes foram acusados de contratar prostitutas com dinheiro advindo da organização. Em função de casos como este, surge a necessidade de se pensar sobre as maneiras pelas quais ONGs como a Oxfam Internacional reagem e respondem a problemas desta natureza (Ebrahim, 2003).

O conceito de prestação de contas (*accountability*, em inglês), nesse contexto, merece atenção. Primeiramente, faz-se necessário citar alguns aspectos relacionados a esta expressão. Entende-se por “prestação de contas”, os meios pelos quais indivíduos e organizações se reportam a uma autoridade reconhecida (ou autoridades) e são responsabilizados por suas ações (Edwards and Hulme, 1996 apud Ebrahim, 2003). Trata-se, portanto, do processo de assegurar a responsabilidade dos atores por suas ações (Fox and Brown, 1998 apud Ebrahim, 2003).

Ebrahim (2003) identifica cinco aspectos que podem ser observados ao avaliar os mecanismos de prestação de contas aplicados pelas ONGs. São eles: relatórios e divulgação de declarações; avaliação de desempenho; participação; auto regulação e auditorias sociais. Para o propósito desta pesquisa, optou-se por trabalhar com o primeiro aspecto por considerar que as ONGs internacionais, como é o caso da Oxfam, utilizam de forma extensa de relatórios para se comunicar com a comunidade internacional.

Levando em consideração o exposto, cabe indagar: em que medida a Oxfam se posicionou a respeito dos escândalos sexuais envolvendo seus funcionários após a veiculação dos casos pela mídia? A ONG utilizou de relatórios e notas de imprensa para fazer a devida prestação de contas, como tratado no referencial teórico deste artigo? Esse estudo de caso busca contribuir para a compreensão da importância de uma organização dispor de mecanismos de prestação de contas e realizá-la de maneira adequada, além da análise da utilização dos mesmos por parte da Oxfam.

Argumenta-se que, no caso da Oxfam Internacional, declarações e medidas institucionais aparecem como respostas da organização diante das acusações feitas contra seus membros. Com isso, além de reconhecer o problema, a Oxfam criou um plano de ação, a fim de solucionar as questões que levaram a esse problema. Tais documentos demonstram sua preocupação em criar um material relevante e que realmente adquirisse um significado tanto dentro da organização quanto no cenário internacional, perante as outras instituições e governos, com o propósito de preservar sua legitimidade.

Com isso, pode-se dizer que esses mecanismos de prestação de contas são de suma importância para a discussão acerca da legitimidade de uma organização, dado que demonstram como esta lida com seus problemas internos e atua no sentido de evitar que aconteçam novamente.

Para cumprir com os propósitos da pesquisa, o artigo é dividido em três partes. Primeiro, será feita uma explicação do referencial teórico acerca do tema de *accountability*. Em seguida, será explicado sobre o escândalo ocorrido na Oxfam. Por fim, uma análise será feita, procurando esclarecer se as medidas consideradas ideais pelo referencial teórico, no que concerne especificamente à publicação de

relatórios e declarações, foram tomadas pela organização. Conclui-se que a Oxfam tomou atitudes necessárias, já que a organização realizou diversas declarações e inclusive emite constantemente relatórios de progresso em relação ao plano de ação de 10 pontos que implementaram após o escândalo, porém há aparentes falhas na implementação de medidas que garantiriam a eficácia de seus objetivos.

1 A LEGITIMIDADE ORGANIZACIONAL E A PRESTAÇÃO DE CONTAS

Atualmente, com a facilidade de acesso à informação e à diversidade de meios de comunicação, as atividades de organizações internacionais estão mais susceptíveis à avaliação do público. Há uma pressão para que as políticas e práticas estejam alinhadas à ética e à responsabilidade social, já que o público evita estabelecer relações ou apoiar organizações que não correspondam aos valores que aprovam. Ou seja, pode-se dizer que a legitimidade de organizações está relacionada com a crença de seus membros e da sociedade de que suas ações são úteis e desejáveis (Santos, 2019).

De acordo com Suchman, (1995 apud Santos, 2019), o conceito de legitimidade conecta-se com a percepção de que ações de uma entidade são apropriadas ou não, dentro de um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições. As principais fontes de legitimidade são a sociedade em geral, o Estado e suas agências reguladoras, a mídia (que também é uma influência da sociedade) e as relações inter-organizacionais, já que as organizações são percebidas como legítimas quando estão conectadas com atores legítimos (Galaskiewicz, 1985 apud Santos, 2019). No caso em questão, a mídia teve um papel crucial, já que informou ao público sobre o comportamento dos funcionários da Oxfam e com isso desempenhou um papel de crítica e formadora de opinião (Dowling & Pfeffer, 1975 apud Santos, 2019).

Nesse contexto, a legitimidade organizacional é um fator chave para a sobrevivência da organização e os mecanismos de prestação de contas aparecem na literatura como instrumentos que podem auxiliar uma organização a fortalecer ou reparar sua legitimidade.

1.1 Os mecanismos de prestação de contas

O conceito de *accountability* tem sido definido por diversos estudiosos e praticantes do terceiro setor. Pode-se citar como parte de suas definições o “processo de assegurar a responsabilidade dos atores por suas ações (FOX and BRWON, 1998 apud EBRAHIM, 2003) ou “os meios pelos quais indivíduos e organizações se reportam a uma autoridade reconhecida (ou autoridades) e são responsabilizados por suas ações” (EDWARDS and HULME, 1996 apud EBRAHIM, 2003).

Uma leitura mais detalhada identifica quatro componentes principais para prestação de contas (Ebrahim and Wesisband, 2007 apud Ebrahim, 2010), sendo eles:

- (i). Transparência, que envolve coletar informações e deixá-las disponíveis e acessíveis ao público;
- (ii). Resposta ou justificativa, que requer o fornecimento de um raciocínio claro para ações e decisões;
- (iii). Compliance, através do monitoramento e avaliação de procedimentos e resultados, combinados com a transparência no relato das descobertas;
- (iv). Sanções por deficiência no cumprimento, justificativa ou transparência de normas ou procedimentos.

Cabe notar que as ONGs respondem regularmente a pelo menos quatro autoridades governamentais: aos seus conselhos de governadores ou comitês executivos, e depois aos membros gerais (se estas são organizações de membros); para governos em países onde eles operam; às pessoas (destinatários e não recebedores dos benefícios e serviços prestados); e aos doadores que fornecem recursos (Karns, Shaffer, Ghere, 2008).

Os mecanismos de prestação de contas, assim como relatórios anuais e registros financeiros, são utilizados por estas autoridades não somente para rastrear os gastos destas, mas pelas próprias organizações, com o intuito de arrecadar fundos através da publicação de seus projetos e programas. Com isso, pode-se dizer que existe uma interdependência, onde as ONGs precisam dos doadores

devido ao dinheiro, enquanto que estes exigem das organizações uma boa reputação em desenvolvimento.

A questão central no que se trata de *accountability* é um olhar integrado em como organizações lidam com múltiplas e por vezes concorrentes demandas de prestação de contas. Certamente as ONGs enfrentam competitivas demandas de múltiplas partes interessadas de forma mais aguda e regular do que empresas privadas. De acordo com Najam, (1996 apud Ebrahim, 2003), organizações se relacionam com diversos atores: aqueles que apoiam o serviço destas, os que recebem o serviço e as próprias ONGs. É possível mencionar, por exemplo, os relacionamentos com doadores, fundações e governos, tendo o foco em “utilizar o dinheiro arrecadado para propósitos específicos”. Em relação às situações em que as ONGs preveem serviços, cabe notar as interações com comunidades ou regiões indiretamente impactadas pelos programas da organização. Igualmente importante é a responsabilidade da ONG perante suas missões e seus funcionários, o que envolve tanto seus tomadores de decisões quanto os que agem no plano de ação, executando projetos sociais.

Ebrahim (2003) identifica cinco aspectos que podem ser observados ao avaliar os mecanismos de prestação de contas aplicados pelas ONGs. São eles: relatórios e divulgação de declarações; avaliação de desempenho e avaliações; participação; auto regulação e auditorias sociais.

Os relatórios e divulgação de declarações são os instrumentos de prestação de contas mais utilizados, e são frequentemente exigidos por leis federais e estaduais em diversos países. Além desses relatórios exigidos legalmente, doadores também exigem relatórios regulares das organizações que eles financiam. Além disso, pode-se considerar que as ONGs internacionais, como é o caso da Oxfam, utilizam de forma extensa esse aspecto para se comunicar com a comunidade internacional (Ebrahim, 2003).

Tais relatórios e divulgações legais são ferramentas importantes de prestação de contas, uma vez que disponibilizam (seja para o público ou para órgãos de supervisão) dados básicos sobre as operações das ONGs. No entanto, a maior parte destes documentos enfatiza apenas os dados obtidos durante a operação, com

apenas uma indicação limitada da qualidade do trabalho das ONGs e quase nenhuma atenção para a prestação de contas às partes interessadas.

Quando se trata de ONGs internacionais, a questão da legitimidade e prestação de contas tornam-se ainda mais relevantes, dado que elas realizam serviços em diversos países. Além disso, casos como o escândalo sexual do Haiti podem vir a prejudicar a reputação de toda a organização.

2 O CASO OXFAM

2.1 A história da Oxfam

O nome Oxfam é uma abreviação de **Oxford Committee for *Famine Relief*** (Comitê de Oxford de Combate à Fome), fundado em 1942, na Inglaterra. O grupo começou realizando uma campanha para enviar alimentos à população da Grécia, então ocupada pelos nazistas e submetida ao bloqueio naval dos aliados, durante a Segunda Guerra Mundial (Oxfam, 2019b). Anos depois, em 1948, a primeira loja de beneficência da Oxfam e a primeira do Reino Unido foi aberta, a partir da conclusão de que seria mais rentável por à venda o material doado ao invés de reparti-lo - atualmente existem aproximadamente 650 unidades em todo o país (Oxfam, 2019).

O crescimento da Oxfam e o desejo de realizar um impacto maior no cenário internacional levaram à criação da Oxfam Internacional. Com Leslie Kirkley no cargo de Secretário Geral da organização, a Oxfam passou de uma instituição de caridade local para uma agência de ajuda internacional renomada, ao abrir a Oxfam Canadá em 1963 (Oxfam, 2019). Atualmente há 19 organizações membros da confederação Oxfam Internacional, com bases em Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Hong Kong, Irlanda, Índia, Itália, México, Holanda, Nova Zelândia, Quebec, África do Sul, Espanha e Estados Unidos. Desde 2017, todo o trabalho feito por esses membros é reportado através da estrutura da Oxfam Internacional, a fim de aumentar sua eficiência e diminuir seus custos (Oxfam, 2019b).

Além de trabalhar mundialmente em atividades de prestação de socorro, a Oxfam Internacional implementa programas de desenvolvimento de longo prazo em comunidades vulneráveis e está presente em 90 países ao redor do mundo. A ONG

assume que faz parte de um movimento global, unindo-se a outras organizações, a fim de acabar com regras comerciais desleais, exigir melhores serviços de saúde e educação para todos e combater as mudanças climáticas (Oxfam, 2019b).

Por fim, A Oxfam tem cerca de 5 mil funcionários, 27 mil voluntários e 800 mil apoiadores. Segundo relatório da entidade, suas atividades ajudam mais de 11 milhões de pessoas no mundo. No ano passado, gastou cerca de R\$ 1,2 bilhão em ajuda humanitária, desenvolvimento e campanhas (BBC, 2019). Além disso, a Oxfam é considerada a quarta maior instituição de caridade britânica, tendo recebido 32 milhões de libras no ano passado do governo inglês, o que, segundo o relatório anual da Oxfam, representa 8% de sua receita (Santos, 2019).

2.2 O escândalo sexual do Haiti

Em 9 de fevereiro de 2018, o *The Times* publicou um artigo acusando a Oxfam de encobrir uma investigação interna sobre a contratação de prostitutas – inclusive algumas menores de idade - e organização de orgias pela equipe sênior, que trabalhava no Haiti após o terremoto de 2010, em instalações financiadas pela Oxfam (BBC, 2019).

Em 2011, após as denúncias que surgiram acerca do tema, a organização realizou uma investigação interna, que provocou a renúncia de três homens, incluindo o ex-diretor da Oxfam no Haiti, Roland van Hauwemeiren, e demissão de outros quatro por "má conduta grave". A instituição de caridade foi acusada por não tornar pública a má conduta sexual e não informar os órgãos reguladores do Reino Unido e as autoridades haitianas sobre o ocorrido, divulgando apenas que sérios desvios tinham sido identificados no Haiti, sem detalhes sobre o caso (BBC, 2019). Devido a isso, o governo haitiano retirou a autorização da ONG de operar no país pelo período de dois meses (Época Negócios, 2018).

Nesse contexto, a Comissão de Caridade, instituição que controla as ONGs do Reino Unido, lançou um inquérito à Oxfam devido a preocupações de que a organização poderia não ter divulgado total e francamente as informações sobre a investigação de má conduta por parte de seus funcionários. Dois dias depois, em 11 de fevereiro, a secretária de desenvolvimento internacional do Reino Unido, Penny

Mordaunt, ameaçou cortar o financiamento do governo para a Oxfam, que totalizou 32 milhões de libras em 2017, a menos que a instituição de caridade revelasse todas as informações sobre o uso de prostitutas no Haiti. Além disso, a União Européia, que também deu à Oxfam 29 milhões de libras no ano anterior, exigiu máxima transparência com urgência, além de ameaçar interromper o financiamento para qualquer parceiro que não estivesse cumprindo os altos padrões éticos exigidos (Santos, 2019).

Levando em consideração o exposto, é possível notar críticas ao posicionamento da Oxfam diante do escândalo sexual, abrindo margem para questionamentos sobre sua legitimidade. Tomando por base esse entendimento, as próximas seções buscam abordar as respostas por parte da Oxfam ao escândalo. Ao analisar as respostas da Oxfam, é possível observar que a organização se posicionou sobre três aspectos específicos em seus relatórios que merecem destaque. Primeiro, argumenta-se que a Oxfam emitiu opinião sobre os atos abusivos cometidos pelos seus membros. Segundo, a ONG se pronunciou em relação à investigação interna que realizou em 2011, realizada com o objetivo de erradicar e tomar medidas contra os envolvidos. Terceiro, no que se trata à reação da organização à decisão do governo haitiano de retirar a permissão da Oxfam da Grã-Bretanha para trabalhar no Haiti. A próxima seção vai tratar mais especificamente de cada um desses aspectos.

2.3 A reação da Oxfam à história de má conduta sexual no Haiti

Logo após a publicação do artigo do *The Times*, em 9 de fevereiro de 2018, a Oxfam emitiu diversos relatórios assumindo que em 2011 alguns membros da equipe no Haiti agiram de maneira totalmente inaceitável e se posicionaram firmemente contra a exploração e abuso de mulheres e meninas. Além disso, afirmaram que o fato de o evento ter ocorrido há sete anos e envolver um pequeno número de funcionários não o torna compreensível (Oxfam, 2019c).

Também reconheceram não ser a primeira história de má conduta sexual que a Oxfam enfrentou e, com isso, não fizeram o suficiente para mudar sua própria cultura e criar políticas mais fortes para evitar assédio e proteger as pessoas com

quem trabalham em todo o mundo. Contudo, afirmaram estar fazendo isso agora com todo seu esforço (Oxfam, 2019c).

Além disso, no relatório a Oxfam atesta que possui uma abordagem de Salvaguarda global, com um pacote de medidas de práticas recomendadas para garantir a proteção de todos os funcionários, impedir o assédio sexual, a exploração e os abusos que ocorrem em primeiro lugar. Por fim, aproveitaram para reiterar que possuem uma linha confidencial de denúncia de irregularidades disponível para todos os funcionários da Oxfam e para todas as pessoas com quem trabalham, já que sabem que a única maneira de mudar a cultura e fazer o sistema de salvaguarda funcionar é serem abertos e transparentes. Afirmam também esperarem poder reconstruir a confiança de seus apoiadores, que sabem, como eles, que as ações de alguns não representam tudo o que a Oxfam representa (Oxfam, 2019c).

Quando se trata da resposta da organização em relação à investigação de 2011, declararam também no dia 9 de fevereiro de 2018, através de outro relatório, que o comportamento de alguns membros da equipe descobertos no Haiti foi totalmente inaceitável, contrários aos seus valores e aos altos padrões que esperam de sua equipe. Assim que tomaram conhecimento das alegações, lançaram imediatamente uma investigação interna, em que o objetivo era erradicar e tomar medidas contra os envolvidos. Além disso, afirmaram ter anunciado publicamente, inclusive para a mídia, a investigação e a ação que tomaram como resultado, em que quatro membros da equipe foram demitidos e três, incluindo o diretor da Oxfam do Haiti, renunciaram antes do fim da investigação. Também garantiram que as alegações do envolvimento de meninas menores de idade não foram comprovadas (Oxfam, 2019d).

Por fim, afirmaram que após a investigação, realizaram uma análise completa do caso, que resultou na criação de uma equipe dedicada de salvaguardas e em uma linha direta confidencial de "denúncia de irregularidades" como parte de um pacote de medidas para garantir que façam tudo o que estiver em seu alcance para proteger a equipe, impedir o abuso sexual e a má conduta em primeiro lugar e melhorar a forma como lidam com quaisquer alegações (Oxfam, 2019d).

Além disso, no mesmo relatório, a Oxfam afirmou ter divulgado um comunicado à imprensa em 5 de agosto de 2011 informando o lançamento da investigação e outra em 5 de setembro, anunciando o resultado (Oxfam, 2019d).

A organização também declarou que o aconselhamento jurídico que receberam do Haiti foi que, dada a natureza das denúncias, especialmente com a contínua agitação e caos após o terremoto, era extremamente improvável que a denúncia desses incidentes à polícia fizesse com que medidas fossem tomadas (Oxfam, 2019d).

Além disso, garantiram que os curadores da Oxfam, a *Charity Commission* e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, bem como outros doadores importantes do trabalho no Haiti, incluindo a União Europeia, a Organização Mundial da Saúde e as agências da Organização das Nações Unidas, foram mantidos informados sobre a investigação e seus resultados. Afirmaram que a *Charity Commission* confirmou que a Oxfam havia tomado as medidas apropriadas e, portanto, "não tinha preocupações regulatórias" e que no início da investigação o diretor da Oxfam no Haiti assumiu total responsabilidade pelos eventos que ocorreram sob sua administração, e foi autorizado a renunciar, já que cooperou e apoiou a investigação (Oxfam, 2019d).

No que se trata à reação da organização à decisão do governo haitiano de retirar a permissão da Oxfam da Grã-Bretanha para trabalhar no Haiti, a mesma emitiu um relatório em 14 de junho de 2018, em que afirmava estar decepcionada, mas que compreendia a decisão do governo do Haiti, além de pedirem desculpas ao governo e ao povo haitiano pelo ocorrido. Declararam também:

A partir de 2011, introduzimos medidas mais fortes para evitar assédio e abuso, incluindo uma linha direta de denúncias e uma equipe dedicada de proteção. Em fevereiro deste ano, anunciamos um plano abrangente para fortalecer nossa proteção global. Aumentamos a equipe e o financiamento para salvaguardar, inclusive no Haiti, e montamos um banco de dados global de referências para dificultar o trabalho dos transgressores no setor, além de nomearmos uma comissão independente para revisar nossa cultura e práticas, para que possamos fazer mais melhorias. Estamos empenhados em continuar a fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para ajudar milhões de pessoas todos os anos afetadas por desastres humanitários e para melhorar a vida das que vivem na pobreza. (Oxfam, 2019e).

Por fim, reforçou que a Oxfam continuará trabalhando no Haiti em projetos de reconstrução e desenvolvimento por meio de outros membros afiliados da Oxfam (Itália, Espanha e Quebec) e que atualmente a Oxfam ajuda 750.000 pessoas no país, concentrando-se em ajudá-las a sair da pobreza e a estar mais bem preparadas para lidar com desastres (Oxfam, 2019e).

Ao anunciar um pacote de medidas para fortalecer a prevenção e o tratamento de casos de abuso sexual, Caroline Thomson, presidente da administração da Oxfam Grã-Bretanha, declarou em 11 de fevereiro de 2018:

Como nova presidente da Oxfam, compartilho a raiva e a vergonha que comportamentos como esses, destacados no Haiti em 2011 ocorreram em nossa organização. É claro que esse comportamento está completamente fora dos nossos valores e nunca deve ser tolerado. A Oxfam se orgulha de ser uma organização transparente que trabalha para melhorar a vida das pessoas pobres e vulneráveis, uma organização que coloca as mulheres no centro de tudo o que fazemos. Nas palavras de nosso CEO Mark Goldring, temos vergonha do que aconteceu. Pedimos desculpas sem reservas. Fizemos grandes melhorias desde 2011 e hoje me comprometo a melhorar ainda mais (Oxfam, 2019f).

Também declarou que no início deste ano, o conselho de administração da Oxfam nomeou uma Comissão Independente para revisar como poderiam promover e reforçar uma cultura positiva através de toda a força de trabalho da organização e assim evitar comportamentos inaceitáveis. Essa proposta se baseia no trabalho que realizaram desde 2011 para combater os abusos, incluindo a criação de uma linha de denúncia dedicada e uma equipe de salvaguarda. Também afirmou:

Como os eventos recentes mostraram, o abuso sexual é uma praga na sociedade e a Oxfam não está imune. De fato, as ONGs que trabalham em ambientes frequentemente frágeis e instáveis podem se tornar alvos de agressores. Desde 2011, fizemos melhorias significativas em nossos esforços para expor e eliminar o abuso sexual, mas sabemos que devemos estar vigilantes e continuar a melhorar se quisermos viver constantemente de acordo com os altos padrões que se espera de nós. Não basta ficar chocado com o comportamento de nossa antiga equipe - precisamos e vamos aprender com ela e usá-la como um estímulo à melhoria. (Oxfam, 2019f).

Em 16 de fevereiro, a Oxfam concordou em implementar um plano de ação de 10 pontos para fortalecer as políticas e práticas de proteção da Oxfam e transformar

sua cultura organizacional, comprometendo-se a divulgar publicamente seu progresso a cada três meses. O plano inclui as seguintes medidas (Oxfam 2018g):

- Estabelecimento de uma Comissão Independente sobre Assédio e Abuso Sexual, Responsabilização e Mudança de Cultura Organizacional
- Compromisso de toda Oxfam em colaborar com todas as autoridades relevantes, inclusive com reguladores e governos
- Reavaliação de casos passados e encorajamento de outras testemunhas ou vítimas para que se manifestem
- Aumento dos investimentos em salvaguardas com efeito imediato
- Fortalecimento de processos internos
- Cultura de tolerância zero em relação ao assédio, ao abuso ou à exploração
- Trabalho com nossos pares para enfrentar o abuso físico, sexual e emocional
- Engajamento ativo com parceiros e aliados, especialmente com organizações de defesa dos direitos da mulher
- Escuta do que diz o público
- Compromisso reiterado e fortalecimento do foco na justiça de gênero externamente

A Oxfam destaca como medidas tomadas até o momento o investimento de mais de €3 milhões para implementar novas práticas de proteção e mudança de cultura, dobrando o tamanho da equipe dedicada ao tratamento de casos de abuso, assédio e má conduta sexual; a salvaguarda de pontos focais (equipe treinada a fim de ser o ponto de contato inicial para queixas) em todos os 67 países do programa Oxfam; novos sistemas de denúncia em cinco idiomas, como e-mails, linhas diretas e sites, para denunciar casos de má conduta e/ou abuso; garantia de que todos os funcionários entendam e assinem o Código de Conduta atualizado da Oxfam, ratificado em outubro de 2017 pelo Conselho Executivo da Oxfam, e que proíbe explicitamente os comportamentos testemunhados no Haiti; novas políticas harmonizadas em vigor sobre proteção à criança e proteção contra exploração e abuso sexual e, por fim, um sistema mais forte de verificação e fornecimento de referências, para garantir que as referências da Oxfam não sejam fornecidas aos infratores que procuram emprego em outro lugar (Oxfam 2018g).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto neste artigo, pode-se concluir que a Oxfam realizou a prestação de contas da maneira necessária, tomando como base o referencial teórico descrito, em que Ebrahim menciona a utilização de declarações e relatórios como um dos mecanismos para tal.

A Oxfam não apenas reconheceu seu erro e se desculpou, mas anunciou diversas medidas que estava disposta a realizar como forma de assegurar que tais atos de abuso sexual não ocorressem novamente por parte de seus funcionários. Além disso, a organização se comprometeu a publicar relatórios de progresso para comprovar que está realmente realizando seu plano de ação definido, o que está realmente sendo cumprido pela organização. Entretanto, a Oxfam não se comprometeu em oferecer um mecanismo permanente de tratamento psicológico e monitoramento da saúde mental das vítimas de abuso. Os relatórios também não mencionam metas e prazos que deveriam ser cumpridos pela organização, o que seria capaz de garantir a eficácia de seus objetivos.

Com isso, é possível concluir que os relatórios, declarações e medidas institucionais tiveram uma grande relevância na prestação de contas realizada pela Oxfam, dado que se forem realmente implementados, são significativos na coibição de tais atos. Porém, a organização falhou em não se comprometer com algumas medidas, como citado acima, podendo prejudicar dessa maneira o alcance dos resultados esperados. Portanto, é de suma importância a organização ir além do mero compromisso formal do combate às impunidades, para que seus objetivos não virem mera retórica, mas sejam realmente cumpridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BBC, 2018. O escândalo sexual que põe em xeque uma das maiores ONGs do mundo. Acesso em 15 jul 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43045464>

EBRAHIM, Alnoor. Accountability In Practice: Mechanisms for NGOs. Acesso em 20 out 2018. Disponível em: <https://www.alnap.org/system/files/content/resource/files/main/575-cached.pdf>

EBRAHIM, Alnoor. The Many Faces of Nonprofit Accountability. Acesso em 5 nov 2018. Disponível em: <http://www.hbs.edu/faculty/publication%20files/10-069.pdf>

ÉPOCA NEGÓCIOS. Haiti suspende operações da Oxfam após escândalo sexual. Acesso em 15 jul 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/02/haiti-suspende-operacoes-da-oxfam-apos-escandalo-sexual.html>

KARNS, Margaret; SHAFER, Timothy; GHERE, Richard. The Challenges of Accountability for International Nongovernmental and Civil Society Organizations. Acesso em 5 nov 2018. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/apcity/unpan034132.pdf>

O GLOBO, 2018. Médicos Sem Fronteiras reconhecem 24 casos de assédio e abuso sexual em 2017. Acesso em 15 jul 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/medicos-sem-fronteiras-reconhecem-24-casos-de-assedio-abuso-sexual-em-2017-22396498>

Oxfam. (2019). History of Oxfam | Oxfam GB. Acesso em 02 jul 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org.uk/what-we-do/about-us/history-of-oxfam>

Oxfam (2019b). History of Oxfam International | Oxfam International. Acesso em 02 jul 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/countries/history-oxfam-international>

Oxfam (2018c). Oxfam's reaction to sexual misconduct story in Haiti | Oxfam International. Acesso em 02 jul 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/pressroom/reactions/oxfams-reaction-sexual-misconduct-story-haiti>

Oxfam (2018d). Oxfam response to The Times story| Oxfam International. Acesso em 02 jul 2019. Disponível em: https://oxfamapps.org/media/press_release/2018-02-oxfam-response-to-the-times-story/

Oxfam (2018e). Oxfam's reaction to Haitian Government's decision to withdraw Oxfam Great Britain's permission to work in Haiti. Acesso em 02 jul 2019. Disponível em: https://oxfamapps.org/media/press_release/2018-06-oxfam-reaction-to-haitian-government-decision-to-withdraw-oxfam-gb-permission-to-work-in-haiti/

Oxfam (2018f). Oxfam commits to improvements in aftermath of Haiti reports. Acesso em 02 jul 2019. Disponível em: https://oxfamapps.org/media/press_release/2018-06-oxfam-reaction-to-haitian-government-decision-to-withdraw-oxfam-gb-permission-to-work-in-haiti/

Oxfam (2018g). Safeguarding in action: our 10-Point Plan. Acesso em 02 jul 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/oxfams-commitment-stamping-out-sexual-harassment-and-abuse>

SANTOS, Margarida Marques dos. How Organizations Address Legitimacy Issues: The Case of Oxfam. Acesso em 25 mar 2019. Disponível em: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/26931/1/How%20Organizations%20Address%20Legitimacy%20Issues%20-The%20Case%20of%20Oxfam_152117244.pdf